

Governo Estado do Rio de Janeiro
Contrato nº 320.216-62/10

Grau de sigilo

#00

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE,
ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL E O GOVERNO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO, DESTINADO À
CONTRAPARTIDA NO ÂMBITO DO
PROGRAMA DE APOIO AO
FINANCIAMENTO DAS CONTRAPARTIDAS
DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO
CRESCIMENTO (CPAC).**

Por este instrumento as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm justo e contratado, entre si, a concessão de financiamento, na forma a seguir ajustada:

I – DAS PARTES:

AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, neste ato representada pela Superintendente Regional Rio de Janeiro Centro, Sr.(a) Nelma Souza Tavares, CPF nº. 604.776.957-87, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

e

TOMADOR - GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.498.600/0001-71 representado pelo seu Governador Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, RG nº. 06385734-6, expedida pelo IFP/RJ, CPF nº 744.636.597-87, brasileiro, casado, doravante designado **TOMADOR**.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DITUE 3800 /2010

Elton Roberto de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

Vigência 11.07.2010

II - GARANTIDOR

A **UNIÃO**, doravante designada **GARANTIDORA**, cuja anuência aos termos do presente Contrato deverá ser manifestada expressamente por ocasião da formalização da garantia – condição precedente para o primeiro desembolso.

III - DEFINIÇÕES

AGENTE FINANCEIRO – Caixa Econômica Federal, instituição Financeira responsável pela contratação do **FINANCIAMENTO** perante o **TOMADOR**.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CPAC – Programa de Apoio ao Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração do Crescimento com objetivo de financiar o aumento de contrapartida requerido pelo Ente da Federação para os projetos e empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ou financiados pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

CONTA VINCULADA – conta bancária individualizadas, aberta pelo **TOMADOR** e em seu nome, em agência da Caixa Econômica Federal, com a finalidade específica de registrar os recursos financeiros relativos às liberações realizadas neste contrato de financiamento.

CONTRAPARTIDA - Obrigação do **TOMADOR** estabelecida no **CONTRATO ORIGINAL** para participar do valor do investimento de cada **EMPREENHIMENTO**, no âmbito do **PAC**.

CONTRATO - É o presente Contrato de Financiamento nº 320.216-62 firmado entre o **TOMADOR** e o **AGENTE FINANCEIRO**, com interveniência do **GARANTIDOR**.


CONTRATO ORIGINAL - É o contrato de repasse e/ou financiamento operado pela **CAIXA**, no âmbito do **PAC**, sobre o qual o **TOMADOR** obrigou-se a aportar a contrapartida, conforme apresentados no Anexo II do presente **CONTRATO**.

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – declaração emitida pelo **TOMADOR**, em modelo a ser fornecido pela **CAIXA**, para os devidos fins de direito e para que produzam os efeitos necessários, sobre a boa e regular aplicação dos recursos repassados pela **CAIXA**, destinados às operações cursadas no âmbito do Programa do CPAC, objeto do presente instrumento.

DISPONIBILIDADE – liberação dos recursos financeiros do **BNDES** ao **AGENTE FINANCEIRO**.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)
CE DIVE 3600 120 10


Elton Nóbrega de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280/123-0

2

Vigência 11.07.2010

DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES – regras, condições e procedimentos estabelecidos pelo **BNDES** aplicáveis aos contratos de Colaboração Financeira do BNDES, aprovadas pela Resolução nº. 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº. 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº. 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº. 878, de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº. 894, de 06 de março de 1997 e pela Resolução nº. 927, de 1º de abril de 1998 e pela Resolução nº. 976 de 24 de setembro de 2001, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998 e 31 de outubro de 2001, respectivamente, bem como as normas posteriores aplicáveis.

EMPREENDIMENTOS - São as obras civis e os serviços, objetivos dos **CONTRATOS ORIGINAIS**, a que o **TOMADOR** se comprometeu e obrigou a cumprir.

FIEL DEPOSITÁRIO – No âmbito deste **CONTRATO** é aquele que assume o encargo pela boa guarda, conservação e entrega dos livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos que lhe pertencem, decorrentes das operações de compra, referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como, dos documentos fiscais referentes à prestação de serviços realizados de acordo com os **EMPREENDIMENTOS**.

FINANCIAMENTO – Mútuo firmado entre a **CAIXA** e o **TOMADOR**, observado o valor efetivamente desembolsado e as demais condições ajustadas neste **CONTRATO**.

GARANTIDOR – A União, que comparece nesse instrumento na qualidade de Garantidor, com fundamento no art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e na Lei nº 10.552, de 13 de novembro de 2002.

INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA - Para fins do disposto neste **CONTRATO**, a inadimplência será caracterizada na ocorrência de não pagamento de três prestações, consecutivas ou não, composta por principal, encargos, juros, taxas e acessórios, na fase de carência ou na fase de amortização, de cada sub-crédito.

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento.

TOMADOR – Ente da Federação.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1 - Mútuo no valor de R\$ 606.046.612,59 (seiscentos e seis milhões, quarenta e seis mil, seiscentos e doze reais e cinquenta e nove centavos), dividido em quatro Subcréditos, sob a forma de financiamento concedido pela **CAIXA**, a ser provido com recursos oriundos do **BNDES**, observadas as condições estabelecidas neste **CONTRATO**.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DIJUA 3606 /20 10

Vigência 11.07.2010

Elton Nobre de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.05P
Matr. CAIXA 280.723-0

1.1 - Os recursos serão disponibilizados de forma parcelada, de acordo com as necessidades de aporte de contrapartida dos **CONTRATOS ORIGINAIS**, na forma de Subcréditos, conforme a seguir:

- I - **SUBCRÉDITO A** – Contrato – Original SIAPF nº. 215.753-50; conta corrente associada 0199 / 006 / 21-6;
- II – **SUBCRÉDITO B** – Contrato – Original SIAPF nº. 222.648-06; conta corrente associada 0199 / 006 / 35-6;
- III – **SUBCRÉDITO C** – Contrato – Original SIAPF nº. 222.647-93 ; conta corrente associada 0199 / 006 / 294-4;
- IV – **SUBCRÉDITO D** – Contrato – Original SIAPF nº. 222.646-89 ; conta corrente associada 0199 / 006 / 34-8

1.2 - A presente operação de crédito encontra-se enquadrada nos limites globais de endividamento público no artigo 9º S da res. 2.827.

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETIVO

2 - O **CONTRATO** tem por objetivo atender ao cumprimento da obrigação de aporte de contrapartida do **TOMADOR** requerida nos Contratos Originais assinados entre o TOMADOR e a Caixa Econômica Federal, no âmbito do âmbito do **PAC**, conforme se segue:

- I- Contrato – SIAPF nº. 215.753-50: tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de Infra-Estrutura Urbana na Comunidade da Rocinha, no Município do Rio de Janeiro - RJ;
- II – Contrato – SIAPF nº. 222.648-06: tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de Urbanização Integrada de Favelas na Comunidade da Rocinha – 2ª etapa, no Município do Rio de Janeiro - RJ;
- III – Contrato – SIAPF nº. 222.647-93: tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de Urbanização Integrada de Favelas no Complexo de Mangueiros, no Município do Rio de Janeiro - RJ;
- IV – Contrato – SIAPF nº. 222.646-89: tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de Urbanização Integrada de Favelas no Complexo do Alemão, no Município do Rio de Janeiro - RJ.

2.1 - Os elementos técnicos, econômico-financeiros, jurídicos e operacionais entregues pelo **TOMADOR** à **CAIXA** e utilizados para aprovação deste **FINANCIAMENTO** integram este instrumento, não podendo, em hipótese alguma, ser alterados sem a prévia e expressa autorização da **CAIXA**.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o(a)

CE DIVE 3600 / 2010

Elton Albrecht de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.056
Matr. CAIXA 280.123-0

Vigência 11.07.2010

CLÁUSULA TERCEIRA – LIBERAÇÃO DE RECURSOS

3 - O Pedido de Liberação é encaminhado à **CAIXA** juntamente com a indicação do **CONTRATO ORIGINAL** de que trata o item 2, ficando a liberação dos recursos, da **CAIXA** ao **TOMADOR**, condicionada à **DISPONIBILIDADE** pelo **BNDES** à **CAIXA**.

3.1 – A liberação dos recursos será efetuada periodicamente pela **CAIXA**, respeitada a programação financeira do **BNDES** e o Cronograma Financeiro dos **EMPREENDIMENTOS**, estando o desembolso condicionado à efetiva necessidade de aporte de contrapartida nos **CONTRATOS ORIGINAIS**, ficando, desde já, o **TOMADOR** ciente e anuente da assunção dos encargos a partir da disponibilização dos recursos pelo **BNDES** à **CAIXA**.

3.2 - Os recursos de que trata o item 3.1 serão creditados, na **CONTA VINCULADA** a este **CONTRATO**, e imediatamente transferida à conta vinculada ao **CONTRATO ORIGINAL**, em valor equivalente ao percentual necessário ao cumprimento do aporte da contrapartida requerida, devendo, obrigatoriamente, destinar-se ao pagamento dos faturamentos aceitos pela **CAIXA**, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim, inclusive aplicações financeiras.

3.3 - As parcelas do **FINANCIAMENTO** a serem desembolsadas não farão jus à atualização monetária.

3.3.1 - O **TOMADOR** concorda com o disposto no subitem anterior, e assume, perante a **CAIXA**, inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização que porventura venham a recair sobre o financiamento ora concedido reclamadas por terceiros.

3.4 - A liberação das parcelas do **FINANCIAMENTO** fica condicionada à apresentação, pelo **TOMADOR**, e à análise e aceitação pela **CAIXA**, da documentação técnica, financeira, cadastral e da **DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE**, se for o caso, jurídica, além do cumprimento das demais exigências expressas, detalhadas e aprazadas nas **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES** e aquelas estabelecidas no **CONTRATO ORIGINAL**, as quais o **TOMADOR** declara conhecer e acatar em todos os seus termos.

3.4.1- A liberação de recursos ocorrerá de acordo com o atendimento de eventuais condicionantes estabelecidas no **CONTRATO ORIGINAL**, e conseqüente liberação da parcela de **FINANCIAMENTO** a ser aportada pela fonte de recursos financiadora do **CONTRATO ORIGINAL**.

3.4.1.1 - Sem prejuízo do atendimento das demais condições estabelecidas neste **CONTRATO**, especialmente àquelas relacionadas na CLÁUSULA OITAVA, o **TOMADOR**, antes de solicitar a liberação de recursos, em qualquer das áreas afetas ao **EMPREENDIMENTO** de que trata a CLÁUSULA SEGUNDA deste instrumento, deverá comprovar que tal solicitação se refere à evolução de obras e serviços do **CONTRATO ORIGINAL**.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DITR 3600 / 20 10

Vigência 11.07.2010

Elton Roberto de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 88.058
Matr. CAIXA 280.123-0

3.5 - Se, por qualquer motivo, o **BNDES** exigir da **CAIXA** a restituição de qualquer valor desembolsado, o **TOMADOR**, depois de notificado, deverá ressarcir a **CAIXA** de tal montante, nas mesmas condições exigidas pelo **BNDES**, acrescido das despesas bancárias da respectiva devolução, na mesma data em que se efetivar a restituição feita pela **CAIXA** ao **BNDES**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4 - O **FINANCIAMENTO** ora contratado, de acordo com as normas específicas da **CAIXA**, com as **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES** e com as características do projeto, obedecerá aos seguintes prazos:

4.1 - O prazo total deste contrato é de 118 (cento e dezoito) meses

4.2 - Serão 96 (noventa e seis) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo atualizado da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 15 de abril de 2012.

4.3 - Os valores liberados no prazo compreendido entre a data da assinatura deste instrumento e a data da primeira amortização terão incidência de taxa de juros na forma do tem 6 deste contrato de financiamento.

4.4 - **Processamento e cobrança da dívida** – a cobrança do principal e encargos será feita da seguinte forma:

4.4.1 - A **CAIXA** expedirá Aviso de Cobrança ao **TOMADOR**, para que esta promova a liquidação de suas obrigações no dia 15 (quinze) de cada mês, preferencialmente na Agência onde se encontra aberta a **CONTA VINCULADA** ou em qualquer outra da **CAIXA**.

4.4.2 - O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o **TOMADOR** da obrigação de pagar as prestações do principal e dos encargos nas datas estabelecidas neste contrato;

4.2.1.1 - **Vencimento em dias feriados** - ocorrendo vencimento em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, este será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta data, se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

4.2.1.2 A **CAIXA** manterá a disposição do **TOMADOR** as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos, a partir do momento em que esses elementos forem disponibilizados pelo **BNDES**.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DIZUE 3600 12010

Elton Roberto de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIS / RJ - OAB / RJ 68/05F
Matr. CAIXA 280.123-0

Vigência 11.07.2010

CLÁUSULA QUINTA - JUROS

5 - Sobre o principal da dívida do presente contrato, inclusive no período compreendido entre a data da assinatura deste instrumento e a data da primeira amortização, e até o vencimento da dívida, incidirão juros à taxa anual nominal de 1,8 % a.a. (um inteiro e oito décimos por cento ao ano), acrescida da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

5.1 - O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será capitalizado no dia 15 de cada mês da vigência deste contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o contido no item 4.2.1.1 deste **CONTRATO**, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período.

TC - $[(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$, sendo:

TC - Termo de Capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor do **CONTRATO**.

5.1.1 - A parcela não capitalizada da TJLP de 6% a.a incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros, ou na data de vencimento ou liquidação deste **CONTRATO**, e considerando, para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

5.2 - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano, a taxa de juros referida no caput desta cláusula, acrescida da TJLP integral, incidirá sobre o saldo devedor e será exigível, semestralmente, no dia 15 (quinze) de cada mês, e no vencimento ou liquidação, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

5.3 - O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder a 6% a.a. será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida e exigido junto com a parcela de amortização.

5.4 - A parcela não capitalizada da TJLP de 6% e os juros descritos no item 5 serão exigíveis semestralmente, no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, e juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DIZUA 3600 120 90

Elton Henrique de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. C. O. A. 280.123-0

Vigência 11.07.2010

5.5 - Na hipótese de extinção do critério de remuneração, a CAIXA passará a utilizar novo critério, indicado pelo BNDES, que remunere a operação nos mesmos níveis anteriores.

CLÁUSULA SEXTA - TARIFAS, TAXAS e MULTAS

6 - As alterações contratuais motivadas direta ou indiretamente pelo **TOMADOR** ensejarão o pagamento de tarifas operacionais à **CAIXA**, destinadas a fazer face às despesas decorrentes da realização das atividades de análises técnicas de reprogramação contratual e da atividade de processamento da respectiva reprogramação, conforme Tabela de Tarifas, publicada pela **CAIXA** e afixada em suas agências, tarifas estas cobradas individualmente, a serem pagas pelo **TOMADOR** por ocasião da solicitação de alteração contratual.

6.1 - Na mesma hipótese de solicitação de alteração contratual, também são devidas pelo **TOMADOR**, as multas do Banco Central do Brasil - **BACEN**, decorrentes da modificação das informações registradas no Cadastro da Dívida Pública - **CADIP**.

6.2 - As alterações contratuais motivadas por iniciativa da **CAIXA**, do **BNDES** ou por normas de contingenciamento de crédito do setor público, não serão objetos de cobrança de tarifas, taxas ou multas.

6.3 - O **TOMADOR** deverá reembolsar a **CAIXA** por todas as multas e penalidades a esta impostas pelo Banco Central do Brasil - **BACEN** ou pelo **BNDES**, por atrasos ou cancelamentos de desembolsos, decorrentes de fatos imputáveis exclusivamente ao **TOMADOR**, tais como atraso ou irregularidade nas obras ou por estar o **TOMADOR** em situação irregular que não lhe permita receber recursos do **BNDES**.

CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA E OBRIGAÇÕES

7 – A **GARANTIDORA** ainda se obriga a garantir e repassar os valores devidos referentes a cada subcrédito, quando da ocorrência da **INADIMPLÊNCIA** por parte do **TOMADOR**.

7.1 A **GARANTIDORA** renuncia expressamente o benefício de ordem e se compromete a comunicar à **CAIXA** qualquer alteração ou disposição normativa que coloque em risco o **FINANCIAMENTO** do crédito ora concedido.

7.2 – Na hipótese de diminuição ou extinção das garantias pactuadas, o **TOMADOR** outorgará à **CAIXA**, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, garantia igual, bastante e suficiente à segurança do crédito ora concedido, e desde que por esta aceita, que complemente ou substitua as existentes, sob pena de, a critério da **CAIXA**, ser declarado o vencimento antecipado da dívida e a exigibilidade imediata do saldo devedor contratual devidamente atualizado.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

RE DIRE 360/2000

Elton Nogueira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123/0

Vigência 11.07.2010

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO TOMADOR

8 - Constituem obrigações do **TOMADOR**, independentemente de outras previstas neste **CONTRATO**, nas **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES** e nas normas da **CAIXA**:

8.1 - Obrigações do TOMADOR

- a) Acompanhar e fiscalizar a fiel aplicação dos recursos para os fins previstos, comunicando à **CAIXA**, imediatamente e por escrito, qualquer irregularidade que venha a identificar;
- b) Responsabilizar-se pelo retorno à **CAIXA** do **FINANCIAMENTO** nos prazos e condições estabelecidos no presente **CONTRATO**;
- c) Comunicar à **CAIXA** qualquer ocorrência que possa, direta ou indiretamente, afetar as garantias oferecidas;
- d) Fazer consignar em seu orçamento, ou mediante crédito adicional, em época própria, a dotação necessária ao pagamento do principal, atualização monetária, juros e taxas devidos;
- e) Pagar todas as importâncias devidas por força deste contrato em Agência da **CAIXA**, em especial aquelas em que der causa, por inadimplemento, previstas na **CLÁUSULA SEXTA** e **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**;
- f) Contabilizar os recursos recebidos no presente **CONTRATO**, a ele fazendo referência, em conta adequada do passivo financeiro, com subcontas identificadoras;
- g) Arquivar em sua contabilidade analítica, todos os documentos comprobatórios das despesas que permanecerão à disposição da **CAIXA** pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida;
- h) Apresentar à **CAIXA**, a critério desta ou quando por esta exigido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros e/ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória;
- i) Comunicar à **CAIXA** a necessidade do aporte da contrapartida financiada neste **CONTRATO**, no ato da solicitação de desembolso do **CONTRATO ORIGINAL**;
- j) Fornecer à **CAIXA** informações sobre a execução das etapas das obras/serviços e do desenvolvimento do projeto, comunicando prontamente à **CAIXA** qualquer ocorrência que importe modificação dos investimentos previstos, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
- k) Manter vigentes, durante todo o prazo do financiamento, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigência de órgãos governamentais;
- l) Permitir aos representantes da **CAIXA** livre acesso, em horário comercial, às instalações do projeto e obras, bem como a todos os documentos, informações e registros contábeis a eles pertinentes, mediante aviso ao **TOMADOR**, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para análise do andamento do projeto e verificação das obrigações assumidas neste contrato;

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)
CE DIVE 3600/2010

Elton Roberto de Oliveira
Advogado Coordenador
JURRJ / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

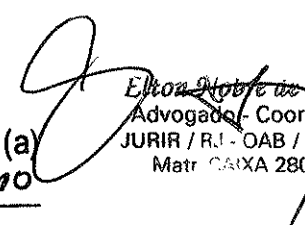
Vigência 11.07.2010

- m) Arcar com recursos próprios as despesas extraordinárias do projeto, suprimindo quaisquer insuficiências de recursos que sejam necessárias para a execução do projeto;
- n) Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada com o objeto/objetivo do contrato o nome do programa, a origem do recurso, o valor do financiamento, o nome da **CAIXA**, obrigando-se o **TOMADOR** a comunicar expressamente à **CAIXA** a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, observadas as vedações eventualmente aplicáveis durante o período eleitoral;
- o) Fornecer à **CAIXA**, cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) e suas renovações, bem como de todas as autuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
- p) Apresentar à **CAIXA**, após a conclusão do objeto contratual, toda a documentação comprobatória de execução/conclusão das obras/serviços, expedida pelos órgãos competentes;
- q) Cumprir, no que couber, as **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**;
- r) Cumprir, no que couber, as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo **BNDES**, que declara conhecer e se obriga a aceitar;
- s) Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do Contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- t) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio-ambiente, durante o prazo de vigência do Contrato;
- u) Observar, durante o prazo de vigência do Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- v) Manter registros em separado de todas as aplicações de recursos no **EMPREENDIMENTO**, compreendendo todas as fontes utilizadas;
- w) Comprovar, quando solicitado pela **CAIXA**, a devida aplicação dos recursos previstos no Quadro de Composição de Investimentos do projeto;
- aa) Não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem a autorização expressa da **CAIXA**, sob pena de rescisão de pleno direito do contrato, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis;
- bb) Apresentar trimestralmente comprovação financeira de aplicação de recursos nos **EMPREENDIMENTOS**, mediante a apresentação dos créditos lançados na **CONTA VINCULADA ao CONTRATO ORIGINAL**;
- cc) Assegurar a boa e regular aplicação dos recursos financeiros nos **EMPREENDIMENTOS**, bem como cumprir toda a legislação aplicável nos **EMPREENDIMENTOS**, inclusive quanto a legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

Visto Jurídico:

Em conformidade com o (a)

CE DIVE 3600 /2010


Elton Nobre de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

10

Vigência 11.07.2010

CLÁUSULA NONA - CONDICIONANTES CONTRATUAIS

9 - **Condições Resolutivas:** Sob pena de resolução do contrato de financiamento fica condicionado que o **TOMADOR** deverá apresentar o presente contrato à **CAIXA**, devidamente assinado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da assinatura, observadas as exigências legais de registro deste **CONTRATO** no(s) cartório(s) competente(s), bem como de publicação do ato em meio oficial e encaminhamento de uma via do contrato ao Tribunal de Contas do Estado, apresentando à **CAIXA** as competentes provas da realização desses atos, sendo este prazo prorrogável a critério da **CAIXA**;

9.1 **Condições para início do desembolso:** Como condição para realização do primeiro desembolso, compromete-se ainda o **TOMADOR** a:

- a) Apresentar a declaração de boa e regular aplicação dos recursos devidamente assinada;
- b) Formalizar a Garantia da União para o Presente **CONTRATO**;
- c) Manter-se adimplente com a **CAIXA**, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN/Sistema de Inadimplentes da Caixa/SINAD, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Sistemas de Operações de Crédito com o Setor Público – CADIP, Receita Federal e Dívida Ativa da União;
- d) Atender a todas as condições estabelecidas pelos **CONTRATOS ORIGINAIS**.

9.1.1 Na existência de mais de um contrato de empreitada e/ou fornecimento, no âmbito deste **CONTRATO**, desde que devidamente caracterizada a inexistência de interdependência entre as obras, e a critério da **CAIXA**, as condições para início de desembolso poderão ser verificadas individualmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

10 A **CAIXA** poderá, em qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao **TOMADOR**, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrer e enquanto persistir qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) mora no pagamento de importâncias devidas por força de qualquer contrato celebrado pelo **TOMADOR** com a **CAIXA**, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
- b) irregularidade de situação do **TOMADOR** perante o **BNDES**, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **FGTS**, o Cadastro de Inadimplentes - **CADIN**, o Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS** e **MPAS**, mediante emissão de Certificado de Regularidade Previdenciária - **CRP**, quanto ao cumprimento das exigências legais dos regimes próprios da previdência social, este último exigível somente no caso de operações firmadas com Estados, Municípios ou Distrito Federal;
- c) irregularidade de situação dos beneficiários relacionados no Boletim de Desembolso perante a **CAIXA** e o **BNDES**;

Visto Jurídico.

Vigência 11.07.2010

Em conformidade com o (a)

DE DIVE 3600/2010

Elton Nogueira de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123/0

11

- d) qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **TOMADOR** ou a capacidade de disposição de seus bens;
- e) inadimplemento, por parte do **TOMADOR**, de qualquer obrigação assumida com a **CAIXA** neste contrato;
- f) atraso ou falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da **CAIXA**;
- g) alteração de qualquer das disposições das leis estaduais, relacionadas com o empréstimo, com a execução e com o funcionamento do(s) empreendimento(s), que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado neste contrato e nos demais a ele vinculados;
- h) na ocorrência de fato superveniente que venha afetar a fonte dos recursos - **BNDES**;
- i) descumprimento de divulgar, em qualquer ação promocional relacionada com o objeto/objetivo do contrato o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento, o nome da **CAIXA**, e descumprimento de comunicar expressamente à **CAIXA** a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
- j) descumprimento das exigências constantes da CLÁUSULA OITAVA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA E RESCISÃO CONTRATUAL

11 Caso a suspensão dos desembolsos prevista na CLÁUSULA DÉCIMA não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas pelo **TOMADOR**, constituem motivos de vencimento antecipado da dívida e rescisão do **CONTRATO**, a critério da **CAIXA**, tornando-se, desde logo, exigíveis o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil, devendo a **CAIXA**, depois de constatada a irregularidade, notificar o **TOMADOR**, concedendo-lhe o prazo de 60 (sessenta) dias, também a critério da **CAIXA**, contados do recebimento da notificação, para sanar qualquer caso abaixo:

- a) inexistência ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o presente **FINANCIAMENTO**;
- b) inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste **CONTRATO**;
- c) constituição, sem consentimento expresso da **CAIXA**, de qualquer outro ônus ou gravame sobre os bens dados em garantia;
- d) ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete as garantias constituídas em favor da **CAIXA**;
- e) modificação ou inobservância do projeto e demais documentos aceitos e integrantes do respectivo processo, sem o prévio e expresso consentimento da **CAIXA**;
- f) retardamento ou paralisação das obras por dolo ou culpa do **TOMADOR** ou no caso de justificativa não aceita pela **CAIXA**;
- g) comprovação de não funcionalidade do **EMPREENDIMENTO** objeto deste **CONTRATO**;

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)
CE DITUC 3600 /2010

Vigência 11.07.2010

Elton Roberto de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ/68.058
Metr. CAIXA 280.123-0

- h) decurso do prazo de 01(um) ano, contado da data da assinatura do presente contrato, para realização do primeiro desembolso, sem que tenha havido prorrogação do prazo conforme estabelecido na CLÁUSULA TERCEIRA - DESEMBOLSO;
- i) existência de fato de natureza econômico-financeira que, a critério da **CAIXA**, comprometa a execução do **EMPREENDIMENTO**, nos termos previstos no projeto aprovado;
- j) na hipótese da aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista da CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETIVO, a **CAIXA**, além de adotar as medidas previstas nesta cláusula e no **CONTRATO**, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492 de 16 de junho de 1986;
- k) a cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**; e
- l) na hipótese de declaração de vencimento antecipado de qualquer outro contrato firmado pelo **TOMADOR** com terceiros e que, a critério da **CAIXA**, possa prejudicar e/ou colocar em risco o crédito ora concedido;

11.1 O **TOMADOR** obriga-se a dar conhecimento e/ou esclarecimento expresso e imediato à **CAIXA** da ocorrência, iminência ou veiculação de notícia a respeito de qualquer situação relacionada nas alíneas desta cláusula, sob pena de incorrer na hipótese da alínea "a" desta cláusula.

11.2 Nas hipóteses de não comprovação física da realização de qualquer dos **EMPREENDIMENTOS** objeto do **FINANCIAMENTO**, assim como de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no **CONTRATO ORIGINAL** e/ou no presente instrumento, constituem causa de vencimento antecipado deste instrumento.

11.3.1 - O **TOMADOR** declara conhecer e estar de acordo que, a partir do dia seguinte ao fixado através de notificação judicial ou extrajudicial, estará sujeito à multa de 50% incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescido dos encargos devidos.

11.3 Caso o presente instrumento venha a ser rescindido por qualquer dos motivos acima citados, o **TOMADOR** deve ressarcir a **CAIXA** das despesas operacionais ocorridas após a contratação desta operação objetivando sua efetividade, ou outras que porventura houver, limitadas a 1% (um por cento) do valor de financiamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO INADIMPLEMENTO

12 Verificado o inadimplemento, poderá a **CAIXA** considerar vencido antecipadamente o presente contrato, independentemente da aplicação das sanções estabelecidas.

12.1 - Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira, ou se o valor oferecido em pagamento for insuficiente para a liquidação de, no mínimo 1 (uma) prestação da dívida, será aberta, na **CAIXA**, conta especial em nome do **TOMADOR**, na qual serão registrados, a débito, os valores das prestações inadimplidas, acrescidos dos encargos adiante previstos.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DTR3600 120 10

Elton Nogueira de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

13

Vigência 11.07.2010

12.2 - Os depósitos efetuados pelo **TOMADOR** inadimplente na conta referida no item 12.1 desta cláusula serão admitidos como pagamento parcial da dívida. Esse procedimento, contudo, não importará em novação da dívida, nem poderá ser invocado como causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.

12.3 Sobre o valor das obrigações inadimplidas será aplicada, de imediato, a pena convencional de 10% (dez por cento) escalonada de acordo com o período de inadimplemento, conforme especificado abaixo:

| Nº de Dias Úteis de Atraso | Pena Convencional |
|----------------------------|-----------------------|
| 1 (um) | 1% (um por cento) |
| 2 (dois) | 2% (dois por cento) |
| 3 (três) | 3% (três por cento) |
| 4 (quatro) | 4% (quatro por cento) |
| 5 (cinco) | 5% (cinco por cento) |
| 6 (seis) | 6% (seis por cento) |
| 7 (sete) | 7% (sete por cento) |
| 8 (oito) | 8% (oito por cento) |
| 9 (nove) | 9% (nove por cento) |
| 10 (dez) | 10% (dez por cento) |

12.4 O saldo devedor vencido, já incorporada a pena convencional de até 10% (dez por cento), será remunerado pelos encargos financeiros contratuais, acrescidos de 7,5 (sete e meio por cento) ao ano, e atualizado, quando for o caso.

12.4.1 No caso de obrigação financeira com previsão de capitalização de encargos, a forma de cálculo descrita no item 11.3 desta cláusula, será aplicada, somente, para a parcela dos encargos de inadimplemento que vier a exceder a parte capitalizável.

12.5 O **TOMADOR** inadimplente ficará, ainda, sujeito ao pagamento de juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano, incidentes sobre o saldo devedor vencido, acrescido da pena convencional a que se refere o item 11.2 desta cláusula, que serão calculados, dia a dia, de acordo com o sistema proporcional.

12.6 Sobre as parcelas vincendas da dívida continuarão a ser aplicados os juros contratuais.

12.7 Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, incidirá sobre o saldo devedor, a pena convencional, juros moratórios e encargos previstos nos itens 12.2, 12.4 e 12.5 desta cláusula.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DINA 3600 / 20 10

Elton Roberto de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ/68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

Vigência 11.07.2010

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENA CONVENCIONAL

13 O **TOMADOR**, nas hipóteses de vencimento antecipado, fica sujeito a multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante dos recursos não aplicados na forma contratualmente ajustada, substituindo os encargos financeiros contratuais pela aplicação, sobre o saldo devedor já acrescidos da multa de que se trata, do percentual de 150% (cento e cinquenta por cento) dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, informados pela CETIP, verificados no período do inadimplemento, a partir da(s) data(s) em que os recursos foram liberados até a data da efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA/AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS

14 O **TOMADOR** poderá realizar a liquidação antecipada da dívida, bem como pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, desde que a quantia amortizada corresponda ao valor mínimo de 02 (duas) prestações.

14.2 Para qualquer evento, liquidação antecipada da dívida ou amortização extraordinária, serão cobradas as taxas previstas na Cláusula Nona, incisos II e III, aplicadas sobre o saldo devedor atualizado *pro rata* até a data prevista de liquidação, conforme fórmulas abaixo, em sua integralidade de forma a assegurar o retorno ao **AGENTE FINANCEIRO** dos custos operacionais, de captação e de capital alocado para o presente **FINANCIAMENTO**.

14.3 O Saldo Devedor para Liquidação Antecipada será igual ao saldo devedor atualizado *pro-rata* multiplicado pelo fator correspondente à taxa de juros associada à taxa de risco de crédito previstas na Cláusula Nona.

$SDLA = SD \times (1 + \text{Taxa de Juros} + TJLP)$, onde:

SDLA = Saldo Devedor para Liquidação Antecipada;

SD = Saldo Devedor atualizado *pro-rata*;

TJ = Taxa de Juros;

14.4 – O Valor Total da Amortização Extraordinária será igual ao valor da amortização antecipada multiplicado pelo fator correspondente ao somatório da taxa de juros acrescida de TJLP, previstas na Cláusula Nona.

$VTAE = VAE \times (1 + \text{Taxa de Juros} + TJLP)$, onde:

VTAE = Valor Total da Amortização Extraordinária;

VAE = Valor da Amortização Extraordinária;

TJ = Taxa de Juros;

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

CE DINE 3600 /2070

Vigência 11.07.2010

Elton Roberto de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIS / RJ - OAB / RJ 68.058
Metr. CAIXA 280.173-0

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO INADIMPLEMENTO NÃO-FINANCEIRO

15 - Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, o **TOMADOR** ficará sujeita a multa de 1% (um por cento) ao ano, incidente sobre o saldo devedor corrigido de principal e encargo, a partir do dia seguinte fixado pela **CAIXA** ou por meio de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento da obrigação inadimplida, observado o disposto nas **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**.

15.1 - Se ocorrer descumprimento de obrigação não-financeira, na hipótese de liquidação antecipada, a multa será calculada sobre o valor recebido antecipadamente pela **CAIXA**, corrigido de acordo com a variação nominal das OTN.

15.2 Na hipótese de extinção das OTN, sem a indicação de sucedâneo, ela será substituída por índice similar, indicado pela **CAIXA**, que preserve o valor real da moeda.

15.2.1- Se o descumprimento de obrigação não-financeira ocorrer em operação de prestação de garantia, o saldo devedor a que se refere o item 11.7 será o da obrigação garantida.

15.2.2 Na hipótese de inadimplemento de obrigação de interveniente, ficará este sujeito a multa de valor igual ao estabelecido no item 11.7, também incidente a partir do dia seguinte ao fixado pela **CAIXA** no **CONTRATO** ou por meio de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento de obrigação inadimplida.

15.2.3- Nas hipóteses de não comprovação física e/ou financeira da realização do **EMPREENHIMENTO**, assim com de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento, ocorrerá o vencimento antecipado da dívida, ficando o **TOMADOR** e a **GARANTIDORA** sujeitos a, a partir do dia seguinte ao fixado por meio de notificação judicial ou extrajudicial, à multa de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada até a data da efetiva liquidação do débito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESPONSABILIDADE POR DESPESAS

16 Serão de responsabilidade do **TOMADOR** os tributos incidentes e os que vierem a incidir sobre a presente operação, bem como todas as demais despesas relacionadas com a operação ou dela decorrentes, inclusive as de registros e averbações deste **CONTRATO** e de seus termos aditivos, os quais, eventualmente, poderão vir a ser adiantados pela **CAIXA**.

16.1 Obriga-se o **TOMADOR** a reembolsar, no prazo de até 10 (dez) dias da data em que foram pagas, as despesas adiantadas no termos desta cláusula, assim como aquelas que o **CAIXA** fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório, sob

Vigência 11.07.2010

Em conformidade com o (a)
CE DITUE 3600 120 10

Elton Nobre de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

16

pena de incidência, sobre os respectivos valores, dos encargos e acessórios previstos na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA deste contrato para aplicação sobre o débito em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - NOVAÇÃO

17 Qualquer tolerância, por parte da **CAIXA**, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, será considerada como ato de liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo **TOMADOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS

18 Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao **BNDES**, originários do Fundo de Participação PIS-PASEP e do Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, a remuneração prevista neste contrato poderá, a critério do **BNDES**, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo **BNDES** que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, a **CAIXA** comunicará a alteração, por escrito, ao **TOMADOR**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONDIÇÕES ESPECIAIS

19 O **TOMADOR**, a partir da assinatura do presente instrumento, autoriza a **CAIXA** a negociar, a qualquer momento, durante a vigência do contrato, o montante do crédito ora concedido, em parte ou no todo, junto às outras instituições financeiras, desde que mantidas as condições contratuais..

19.1 – O **TOMADOR** autoriza a **CAIXA** a fornecer a comprovação escritural da aplicação dos recursos oriundos do presente **CONTRATO** ao **BNDES**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DECLARAÇÃO

20- O **TOMADOR** declara que se responsabiliza e assume qualquer ônus que venha a ocorrer, relativo à questão de natureza fundiária que se referir ao presente contrato, desde que não esteja prevista na proposta de financiamento aprovada pela **CAIXA**.

20.1- O **TOMADOR** declara conhecer e estar de acordo com a condição estabelecida no subitem 3.3.1, e ainda reconhecer que nenhuma responsabilidade poderá ser imputada à

Vigência 11.07.2010

Em conformidade com o (a)
CE DIT/E 360/2010

Elton Nobre de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.052
Matr. CAIXA 280.123-0

17

CAIXA em relação às despesas incorridas por ele **TOMADOR** no período de vigência da condição resolutiva, caso venha a ser autorizado o início de obras em área pendente de regularização.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - NORMAS COMPLEMENTARES

21 - Aplicam-se a este contrato, no que couberem, as **DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES** e da **CAIXA** para suas operações de financiamento, as quais o **TOMADOR** declara conhecer e se obrigam a cumprir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

22 - Integram o presente contrato para todos os fins de direitos, além de outros documentos pertinentes:

a) Anexo I - Procuração Pública

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

23 – O **TOMADOR** declara que a aquisição das máquinas e equipamentos, conforme o caso, decorrente do financiamento objeto deste contrato, constantes do objetivo deste contrato, não implica violação à Legislação Ambiental em vigor.

23.1 – O **TOMADOR** se obriga a respeitar a legislação ambiental e informar à **CAIXA** sobre a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado ao objeto deste contrato, que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental.

23.2 – O **TOMADOR** deverá arcar com qualquer quantia que vier a ser compelido a pagar por conta do dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado ao objeto deste contrato, assim como deverá indenizar a **CAIXA** por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em razão do dano ambiental.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FIEL DEPOSITÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO

24 – O **TOMADOR** assume o encargo de **FIEL DEPOSITÁRIO** dos livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos decorrentes das operações de compra, referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, que os possuirá em nome da **CAIXA**. **Visto Jurídico.**

Vigência 11.07.2010

Em conformidade com o (a)
CE DITUR 3600 / 20 10

Elton Gomes de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

18

24.1 – Desde já, o **TOMADOR** se obriga a guardá-las, conservá-las e a entregá-las à **CAIXA**, de imediato, quando por esta solicitado, sob as penas civis e criminais previstas na legislação em vigor.

24.2 – O **TOMADOR** assume o encargo em nome da **CAIXA**, de forma não onerosa e gratuita durante toda a vigência deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FISCALIZAÇÃO

25. - O **TOMADOR** e a **GARANTIDORA** declaram que estão expressamente cientes e autorizam, de forma irrevogável e irretratável, a **CAIXA** a prestar informações no âmbito do presente **CONTRATO**, cientes de que a **CAIXA** poderá encaminhá-las ao **BNDES** e aos órgãos de fiscalização.

25.1 – O **TOMADOR** e a **GARANTIDORA** estão cientes que o Banco Central do Brasil – BACEN, a Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI da Controladoria-Geral da União – CGU, o Tribunal de Contas da União – TCU, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN e o Ministério Público Federal - MPF, por meio de seus representantes indicados, poderão, nos termos e limites da lei, ter livre acesso ao **EMPREENDIMENTO** financiado com a finalidade de efetuar, quando necessário, inspeções técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, inclusive, a critérios daquelas instituições, à sua contabilidade e arquivos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EXECUÇÃO ESPECÍFICA

26. - As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica por iniciativa de qualquer das partes, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AUTONOMIA DAS CLÁUSULAS

27. - Se qualquer item ou Cláusula deste Contrato vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo, ineficaz, todos os demais itens e Cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes. As partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, item ou Cláusula que, conforme o caso, venha substituir o item ou Cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz. Nessa negociação deverá ser considerado o objetivo das partes na data de assinatura deste Contrato, bem como o contexto no qual o item ou Cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido.

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

RE DITVA 3600 / 20 10

Vigência 11.07.2010

Elton Roberto de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. CAIXA 280.123-0

19



Contrato de Financiamento - Programa de Apoio ao
Financiamento das Contrapartidas do Programa de Aceleração
do Crescimento (CPAC)

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - REGISTRO

28 - O **TOMADOR** obriga-se a promover o registro deste **contrato** no cartório competente, conforme prazo estabelecido na **CLÁUSULA DÉCIMA** e a encaminhar uma via ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para conhecimento, comprometendo-se a apresentar à **CAIXA** as competentes provas da realização desses atos, e assumindo as despesas respectivas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - SUCESSÃO E FORO DO CONTRATO

29 - As partes aceitam este instrumento tal como está redigido e se obrigam, por si e sucessores, ao fiel e exato cumprimento do que ora ficou ajustado, estabelecendo-se como foro, com privilégio sobre qualquer outro, para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da sua interpretação ou execução, o da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição no local do **empreendimento** objeto deste **contrato**.

E, por estarem assim acordes, firmam com as testemunhas abaixo o presente instrumento em 4 (quatro) vias originais de igual teor e para um só efeito.

Rio de Janeiro, 24 de junho de 2010

Local/Data

Assinatura da **CAIXA**

Nome: NELMA SOUZA TAVARES

CPF: 604.776.957-87

Assinatura do **TOMADOR**

Nome: SERGIO DE OLIVEIRA CABRAL
SANTOS FILHO

CPF: 744.636.597-87

Testemunhas

Nome: _____

CPF: _____

Rosângela Cardoso Sampaio
CPF: 581.913.997-68
Testemunha

Nome: LEONARDO DOS S. NASCIMENTO

CPF: 053.053.297-28

Anexo II - Relação dos Contratos Originais

| Contrato | DV | Valor de Repasse/ Valor de Empréstimo | % | Valor de Contrapartida | % |
|----------|----|------------------------------------------|--------|---------------------------|--------|
| 0215.753 | 50 | R\$ 58.500.000,00 | 51,31% | R\$ 55.507.879,58 | 48,69% |
| 0222.648 | 06 | R\$ 96.468.309,63 | 63,76% | R\$ 54.834.026,74 | 36,24% |
| 0222.647 | 93 | R\$ 215.602.125,81 | 38,12% | R\$ 349.982.446,81 | 61,88% |
| 0222.646 | 89 | R\$ 429.216.971,03 | 59,53% | R\$ 291.804.118,14 | 40,47% |

Visto Jurídico.

Em conformidade com o (a)

RE D. 2.262 3600 / 20 10

Elton Nobre de Oliveira
Advogado - Coordenador
JURIR / RJ - OAB / RJ 68.058
Matr. 280.123-0